

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XL • Nº 415 • Brasília-DF • Maio 2019

Presidente da Funai é exonerado e declara sobre Nabhan Garcia: "saliva ódio aos indígenas"

Página 5

ESPECIAL  
**Cimi Sul**  
PARTE 3  
Marcondes Namblá Xokleng: uma história de luta interrompida

12 e 13

## “Eu vejo peixes e vou de coração...”

Dois anos após brutal ataque, o povo Akroá-Gamella conseguiu o início do procedimento demarcatório e os dois indígenas que tiveram as mãos decepadas lutam por reparação. A manchete, trecho da música O Milagre dos Peixes, de Milton Nascimento e Fernando Brant, resume em verso a resiliência dos Gamella

Páginas 8, 9, 10 e 11



# Índios em Brasília

Por Egon Heck, Secretariado Nacional do Cimi

Representantes do povo Apãnjekra Canela da Terra Indígena Porquinhos, localizada nos municípios de Barra do Corda, Fernando Falcão e Grajaú (MA), estiveram em Brasília durante este mês. Também integraram a delegação indígena do povo Memortumré Canela, da aldeia Escalvado, vizinha à Porquinhos.

As principais demandas têm sido a regularização de seu territórios. A Terra Indígena Porquinhos obteve a Portaria Declaratória em 2009, assinada pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro. Portaria, no entanto, posteriormente anulada. Uma portaria, com efeito, que corrige a demarcação anterior, no final da década de 1970, quando por pressão dos militares a terra teve sua regularização sem áreas tradicionais Apãnjekra inclusas.

“No entanto, deixamos claro, que nosso povo não vai parar de lutar por nosso território. Nosso sangue foi derramado naquele chão, que para nós é sagrado. Estamos dispostos a dar a nossa vida por nosso território. Nossos avós viveram livres em nosso território. Não temos medo de morrer para garantir o Bem Viver para o nosso povo e nossa futura geração”, diz trecho de documento entregue nos gabinetes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

No final do documento, fazem um apelo dramático: “Portanto Senhores e Senhoras Ministros ouçam a voz do vosso coração, sintam o calor da mãe terra penetrando em seu corpo através de vossos pés. Deixem ser tocados pela

mãe natureza que clama para ser preservada” (SIC).

As lideranças do povo Memortumré denunciaram a construção de uma estrada que atravessa seu território, causando violências, conflitos, doenças e mortes. Além disso a estrada propicia desastres e crimes ambientais. No documento de denúncia, elencam ainda a retirada de minérios. Políticos de Fernando Falcão estão envolvidos com tais desmandos. Entre outros crimes destacam a violação dos direitos dos povos e comunidades indígenas que não foram consultados sobre a construção da estrada, causando a morte de dois indígenas por atropelamento: José Caipar Canela e Jairo Cohruw Canela.

## Auditórios blindados e aldeias abertas

Os indígenas conseguiram ultrapassar a primeira barreira, mas encontraram um Congresso com as portas dos auditórios intransponíveis, sendo obrigatória uma senha para ter acesso aos espaços desejados. Uma inovação, uma espécie de blindagem da democracia. No corredor, em frente às portas dos auditórios, restou aos índios sentarem no chão dos corredores. “Será que eles têm medo de nós?”, se questionavam.

Uma das lideranças achou muito estranho não poderem entrar, ficando de pé ou sentados no corredor. “Na aldeia não acontece isso não. Nós recebemos bem todos os que vêm a nossas casas e aldeias. Será que eles tem alguma coisa que querem esconder?”, levantou a bola outro indígena.

Para muitos e muitas, foi a primeira vez que saíram da aldeia para a cidade grande. Temeram enfrentar esteiras e escadas rolantes, bem como elevadores.

## Saudade da Constituinte – 30 anos depois

Acompanhei um grupo que foi visitar os gabinetes dos deputados federais. Em geral os indígenas foram recebidos com muita simpatia e promessas de apoiar os projetos. Alguns gabinetes abriram seu pequeno espaço para receber toda a delegação, tirar fotos e manifestações de respeito e carinho.

Porém, não se poderia imaginar que depois de três décadas a Carta Magna se encontraria tão desrespeitada e sob forte pressão de retrocessos em muitos de seus pontos. Os direitos indígenas, em grande parte, sobretudo demarcação e garantia dos territórios, ainda não foram cumpridos. Tampouco o Estatuto dos Povos Indígenas foi aprovado, contribuindo para a situação caótica e avanço de setores anti-indígenas.

Valeu. A luta continua. Na avaliação dos Apãnjekra e Memortumré, durante a semana em terra estranha, viram e ouviram muitas coisas. Agora podem lutar melhor porque conhecem quem são seus amigos e seus inimigos Quem quer tomar as terras. “Olhamos nos olhos deles. Eles não podem mais dizer que nós não existimos Agora não temos mais medo. Fomos massacrados, mas agora estamos conhecendo, até o governo é contra nós», disse um Apãnjekra na conversa de despedida.

## Porantinadas

### Militarização das terras indígenas

O Exército barrou um líder e cinco estudantes indígenas de entrar em seu próprio território. O caso ocorreu na Terra Indígena Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). A explicação para esse veto ainda é divergente. A Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que a decisão de proibir indígenas não partiu dela – afirma que orientou barrar apenas convidados não indígenas. O Exército, por sua vez, diz que a ordem veio do órgão indigenista. As informações são dos jornalistas Rubens Valente e Fabiano Maisonave, da Folha de S. Paulo.

### Nabhan Garcia e o eufemismo

O ruralista Nabhan Garcia, secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, esteve com o presidente Jair Bolsonaro durante recepção à comitiva de indígenas alinhados às propostas do governo. Quando um dos indígenas falou em liberar o garimpo nas terras indígenas, prontamente Garcia o corrigiu: “Ao invés de usar a palavra garimpo, usem a palavra mineração”. Para a Constituição Federal, o eufemismo não cola.

### Danos morais concedidos aos Guarani Mbya

A juíza Marjorie Cristina Freiberger, da 6ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis (Ambiental) condenou o jornalista Moacir Pereira ao pagamento de R\$ 50 mil de indenização por danos morais à comunidade da Terra Indígena Morro dos Cavalos, de Palhoça (SC). A sentença faz referência a diversas publicações, entre 2012 e 2014, sobre a questão das obras de duplicação da BR-101 e da demarcação de terras indígenas, que geraram vários comentários de leitores.





# Ministério da Agricultura trava orçamento e paralisa demarcação de terras indígenas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Entre janeiro e abril deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) não gastou nenhum centavo do orçamento de R\$ 11.300.000 destinado à Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas.

Ficou no zero também a execução do Ministério da Agricultura para a ação Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento, que teve como dotação inicial R\$ 1.486.108. O Mapa, com isso, trava o orçamento paralisando a demarcação territorial.

No atual governo, em quatro meses, nenhuma terra indígena foi identificada, declarada ou homologada conforme as checagens diárias realizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Instituto Socioambiental (ISA). Do total de terras indígenas do país, 40,86% estão sem quaisquer providências administrativas e 13,42% em processo de identificação (Cimi, 2018).

Para a ação de Regularização, Demarcação e Fiscalização das Terras Indígenas, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos tem previsão de R\$ 22.822.252 para 2019, empenhou R\$ 3.333.516 (14,61%), liquidou R\$ 1.206.677 (5,29%) e pagou apenas R\$ 982.971 (4,31%).

Na ação Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento, a previsão é de R\$ 16.664.745 para 2019, mas em quatro meses só foram liquidados R\$ 321.116 (1,93%). A execução dos recursos consta nos relatórios do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) do governo federal, atualizado periodicamente.

Os recursos destinados por Projeto de Lei Orçamentária ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, geridos pelos ministérios da Saúde, Agricultura e da Mulher, têm dotação atual de R\$ 1.486.710.241. Até o final de abril foram empenhados R\$ 894.374.455 (60,16%), liquidados R\$ 483.739.411 (32,54%) e pago R\$ 436.113.824 (29,33%).

“O projeto político em prol dos povos indígenas, neste governo, é esse”, analisa a liderança indígena Dinamã Tuxá, da coordenação executiva da Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “São quatro meses assim em um governo genocida que tem quatro anos pela frente”, completa.

Dinamã Tuxá ressalta a possibilidade do aumento dos conflitos fundiários. “Quando não há tramitação dos processos, os envolvidos na disputa não têm o Estado como mediador e garantidor dos direitos. Quem sempre leva a pior é o povo indígena”, diz.

A liderança lembra ainda da política de liberação de armas do atual governo e da recente declaração do presidente Jair Bolsonaro de isentar de punição o proprietário rural que atirar em invasor. A medida seria proposta por um Projeto de Lei a ser enviado para a Câmara Federal. “Para completar, o governo não sinaliza pro diálogo, pra minimizar essa situação violenta. Bolsonaro permanece no discurso anti-indígena, genocida”, lamenta.

## STF pode intervir

O orçamento travado e a consequente ausência completa de publicações de identificação e delimitação, relatórios circunstanciados ou homologação de terras podem repercutir em recente decisão do ministro Luiz Roberto Barroso, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme a Medida Provisória (MP) 870, que reorganizou a estrutura administrativa do Poder Executivo,

O Mapa tem como ministra a ruralista Tereza Cristina (DEM/MS), egressa e indicada pela bancada ruralista ao cargo.

o procedimento de demarcação das terras indígenas passou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Já a Fundação Nacional do Índio (Funai), incumbida pelas demarcações desde o seu início até o final de 2018, foi desalojada do Ministério da Justiça e levada para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A MP foi alvo de um pedido liminar na Corte Suprema movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A agremiação pretendia com a ação suspender os artigos da medida, além dos decretos correlatos, relativos à retirada da Funai do Ministério da Justiça e a transferência das demarcações para a Agricultura.

Em seu julgamento, Barroso indeferiu o pedido liminar alegando que o Poder Executivo tem o direito de reorganizar seu desenho administrativo, o que foi feito por meio da MP e dos decretos. A reforma ministerial faria parte da “competência discricionária do Chefe do Executivo Federal” e, por si só, não afetaria os direitos indígenas, segundo Barroso.

No entanto, o ministro não julgou o mérito do pedido liminar e afirmou que caso o governo federal não execute as demarcações, paralisando-as, o STF poderá intervir. A ação, portanto, poderá ser retomada dentro do prazo regimental de um ano, a contar a partir do último dia 23 de abril.

“A União, por meio do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), está obrigada a promover tais demarcações, e a recusa em realizá-las efetivamente implicaria um comporta-

mento inconstitucional”, disse o ministro em seu voto

Conforme Barroso, “a Constituição de 1988 garante aos povos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União o dever de demarcá-las (art. 231). Essa competência não é discricionária, mas vinculada, não estando sujeita a opções políticas”.

“Caso reste comprovado, no mundo real, que a transferência de atribuições promovida pela MP 870/2019 implicou a frustração das demarcações ou da garantia do usufruto dos índios à terra, estará justificada a intervenção deste Tribunal”, reforça a decisão.

## Saúde indígena

A dotação orçamentária atual, destinada à saúde indígena é de R\$ 1.3560.000.000, voltada para a Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena. Nestes primeiros quatro meses de 2019, o Ministério da Saúde liquidou R\$ 477.612.564 (35,17%).

Para o Programa de Saneamento Básico em Aldeias Indígenas, a dotação atual é de R\$ 50.600.000, sendo empenhados apenas R\$ 9.400.657 (18,58%), e liquidados somente R\$ 4.151.747 (8,21%).

O Ministério da Saúde, até o final do mês de abril, não havia colocado em dia o pagamento para as entidades que atuam, país afora, na saúde indígena. Profissionais estão sem receber desde janeiro, causando um verdadeiro caos nos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEIs).

“O Mandetta (ministro da Saúde) vem sufocando o subsistema para quando lá na frente os indicadores não alcançarem as metas pactuadas, vai justificar como incompetência da Sesai para dizer que o modelo atual não dá certo”, afirmou Issô Truká para a imprensa da Mobilização Nacional Indígena (MNI) durante o 15o Acampamento Terra Livre (ATL). ♦



Durante 15º Acampamento Terra Livre (ATL), indígenas fazem protesto pedindo justiça ao STF

Foto: Leo Otero/MNI

# Cinquenta empresas do agronegócio devem R\$ 200 bilhões à União

A série de reportagens publicada pelo De Olho nos Ruralistas tem como objetivo mostrar o perfil das dívidas do agronegócio com a União e o impacto delas nas contas públicas. O próximo texto detalha o papel das empresas do agronegócio no bolo dos 500 maiores devedores

Por **Bruno Stankevicius Bassi** e **Igor Carvalho**, De Olho nos Ruralistas

Levantamento feito pelo De Olho Nos Ruralistas, utilizando dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mostra que apenas 50 empresas ligadas ao agronegócio que mais devem tributos à União acumulam R\$ 205 bilhões em débitos. Como referência, o volume das dívidas do setor representa 20% do total de R\$ 1 trilhão que o ministro da Economia, Paulo Guedes, projetava inicialmente economizar em dez anos com a reforma da Previdência.

O observatório se baseou em informações do banco de dados da Procuradoria-Geral, em pesquisa por itens e subitens da listagem geral: setores e subsetores ligados ao agronegócio, como comércios, madeireiras, usinas, fazendas, frigoríficos e pessoas físicas. Como a lista da PGFN está em movimento, com a exclusão de devedores que pagam suas dívidas e inclusão de novos devedores, o critério utilizado para o ranking foi o momento dos endividados no dia 5 de junho.

A concentração de empresas devedoras é ainda maior: entre os 50 maiores agrocaloteiros da União agrupam-se empresas de apenas 19 corporações, entre elas, multinacionais e grandes anunciantes conhecidos do consumidor. Como se pode constatar no quadro abaixo, as empresas dos grupos Parmalat, JB Duarte e Dolly são responsáveis por 76,3% desse subtotal, ou seja, R\$ 156 bilhões em débitos tributários com a Fazenda: (ver quadro)

## Multinacional francesa controla a megadevedora Parmalat

Controlada desde 2011 pela multinacional francesa Lactalis, maior empresa de lácteos do mundo, a italiana Parmalat se mantém ativa no país e ainda presente nas gôndolas dos supermercados. As três primeiras empresas entre os 50 maiores devedores pertencem aos italianos, envolvidos em escândalos econômicos em seu país de origem. São elas: a Carital Brasil, Padma Indústria de Alimentos e a PPL Participações. Outra integrante da lista que pertence ao grupo é a Zirconia Participações. As quatro somam R\$ 67,7 bilhões em débitos com a União.

A marca Parmalat ficou conhecida no Brasil a partir dos últimos anos da década de 1970. A marca era proprietária da equipe de Fórmula 1 pela qual corria o piloto brasileiro Nelson Piquet. Mas as duas grandes ofensivas para a popularização da marca vieram no início dos anos 90. Uma delas, as campanhas massivas na televisão, com o uso de animais de pelúcia como símbolo. A outra, o patrocínio a times de futebol, como o gaúcho Juventude e, principalmente, o Palmeiras – escolhido por causa da origem italiana do clube, fundado como Palestra Italia.

Menos conhecida, mas não menos marcante foi a expansão territorial do grupo. Em 2006, apenas três anos depois da falência de sua matriz na Itália, a Parmalat Brasil foi comprada pela Laep Investments. Sediado em Bermudas e presidido por Marcus Alberto Elias, o fundo offshore deu início a uma expansão agressiva que incluiu a compra de quatro fazendas,

ESTAS 50 EMPRESAS DEVEM R\$ 200 BILHÕES		
Elas fazem parte de 19 grupos ligados ao agronegócio; subtotal representa 1/5 da economia em dez anos com a reforma da Previdência, conforme os cálculos do ministro Paulo Guedes		
RAZÃO SOCIAL	VALOR DA DÍVIDA	GRUPO OU NOME FANTASIA
CARITAL BRASIL LTDA	R\$ 28.662.010.174,25	Parmalat
PADMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS SA	R\$ 27.507.552.848,74	Parmalat
PPL PARTICIPACOES LTDA	R\$ 8.744.239.496,18	Parmalat
LAODSE DENIS DE ABREU DUARTE	R\$ 7.493.077.693,47	Grupo J.B. Duarte
DUARTE SA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES	R\$ 7.476.974.123,42	Grupo J.B. Duarte
LUIZ LIAN DE ABREU DUARTE	R\$ 7.242.965.844,69	Grupo J.B. Duarte
ERNESTO ANGEL LAZZARO	R\$ 7.239.430.405,68	Grupo J.B. Duarte
LUCE CLEO DE ABREU DUARTE	R\$ 7.239.430.405,68	Grupo J.B. Duarte
RAGI REFRIGERANTES LTDA	R\$ 4.982.518.692,93	Dolly
COOPERATIVA FLUMINENSE DO PROD. DE ACUC ALCOOL LTDA	R\$ 3.775.062.423,10	Cooperflu
THOLOR DO BRASIL LTDA	R\$ 3.337.805.937,01	Dolly
LAERTE CODONHO	R\$ 3.230.522.394,02	Dolly
DETTALPART PARTICIPACOES IMP. EXP. IND. E COM. LTDA	R\$ 3.220.969.936,80	Dolly
JULIO CESAR REQUEENA MAZZI	R\$ 3.220.948.142,38	Dolly
COMPANHIA ALCUCAREIRA PARAISO	R\$ 3.125.325.129,59	Usina Paraíso
USINA SAO JOAO B LYZANDRO S A	R\$ 3.107.588.424,04	Usina São João
COMPANHIA USINA DO OUTEIRO	R\$ 3.103.365.955,22	Outeiro
CBR INDUSTRIA BRASILEIRA DE REFRIGERANTES LTDA	R\$ 3.090.111.774,01	Dolly
MAXXI BEVERAGE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	R\$ 3.065.389.126,65	Dolly
USINA SANTA MARIA LTDA	R\$ 3.050.681.769,53	Usina Santa Maria
COMPANHIA USINA CAMBABIYBA	R\$ 2.984.471.839,49	Usina Cambabiyba
ADILSON TEGODORO COSTA	R\$ 2.978.136.954,44	Dolly
STOCKBANK PARTICIPACOES LTDA	R\$ 2.978.136.954,44	Dolly
AMERICAN VIRGINIA IND E COM IMP E EXP DE TABACOS LTDA	R\$ 2.965.020.948,67	American Virginia
MASSA FALIDA USINA NOVO HORIZONTE LTDA	R\$ 2.909.648.646,69	Usina Novo Horizonte
ZIRCONIA PARTICIPACOES LTDA	R\$ 2.836.663.288,07	Parmalat
ITABA SERVICOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	R\$ 2.812.693.573,43	Itaba
USINA VICTOR SENCE SA	R\$ 2.717.356.474,15	Usina Conceição
FRIGORIFICO PORTO LTDA	R\$ 2.584.062.493,35	Frigoport
NEW FICET IND. E COM. DE CIGARROS IMP. E EXP. LTDA	R\$ 2.285.516.351,44	New Ficet
BELLAVANA IND. COM. IMP. EXP. DE TABACOS LTDA	R\$ 2.185.439.225,20	Bellavana
COMPANHIA AGRICOLA BAIXA GRANDE	R\$ 2.057.678.476,63	Usina Santo Amaro
SUDAMAX IND. E COM. DE CIGARROS LTDA	R\$ 1.985.242.909,12	Sudamax
ARANTES ALIMENTOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	R\$ 1.914.472.319,62	Grupo Arantes
TLB INDUSTRIA DE REFRIGERANTES LTDA	R\$ 1.904.493.643,12	Dolly
SERTANEJO ALIMENTOS SA EM RECUPERACAO JUDICIAL	R\$ 1.742.485.336,66	Grupo Arantes
MAURO DONATI	R\$ 1.685.684.773,09	American Virginia
JOSE ALBINO LENTO	R\$ 1.674.581.158,45	Dolly
FRANCO FABRIL ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.668.714.851,93	Grupo Arantes
EXCLUSIVEST EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
GENESIO LUCIANO DA COSTA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
EURO CENTRO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
LENNVILLE INC	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
EMPARE EMPRESA PAULISTA DE REFRIGERANTES LTDA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
CBR INDUSTRIA BRASILEIRA DE REFRIGERANTES LTDA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
KRANKS SOCIEDAD ANONIMA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
RISEDALE CONSULTANTS INC	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
BRABEB BRASIL BEBIDAS EIRELI	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
BRABEB BRASIL BEBIDAS EIRELI	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly
EMPARE EMPRESA PAULISTA DE REFRIGERANTES LTDA	R\$ 1.661.682.455,18	Dolly

FONTE: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)/De Olho nos Ruralistas

onde pretendia instalar as primeiras unidades da Integralat, um ambicioso projeto de genética bovina para produção de leite em pó.

Em Alegrete (RS), próximo da planta de Carazinho, a empresa comprou a Fazenda Guabiju, de 2.550 hectares. Em Unai (MG), adquiriu a Fazenda Santo Antônio, de 2.233 hectares.

Mas o novo ciclo de crescimento vultoso da Parmalat não durou muito. A revelação, em 2013, de operações fraudulentas da Laep Investments (que dois anos antes comprara a grife Daslu) e o escândalo do uso de soda cáustica e água oxigenada para fraudar lotes de leite processado levaram a Parmalat a uma nova bancarrota. Do império agropecuário restou apenas a fazenda de Unai, registrada em nome da Integralat Agro-negócios Ltda (com CNPJ inativo).

## Por trás do Grupo JB Duarte está quem mais deve à União

Logo abaixo da Parmalat aparecem cinco empresas do centenário Grupo JB Duarte, cada uma com dívidas superiores a R\$ 7 bilhões. Total acumulado pelo conglomerado: R\$ 36,7 bilhões. O grupo fabricava produtos químicos para a indústria têxtil à época de sua fundação, em 1914.

Em seguida o JB Duarte entrou para o ramo veterinário e agrícola. Na década de 1930, migrou para a plantação de soja e fabricação de óleos vegetais, com a marca Maria (comprada em 2006 pela Cargill). Hoje, acumula o cultivo de eucalipto e bambu no interior de São Paulo.

Desde os anos 1980, o grupo tem capital aberto na Bovespa. O administrador do grupo, Laodse Denis de Abreu Duarte, é a pessoa física que mais deve à União, com uma dívida de R\$ 7,5 bilhões. Seus irmãos e ex-sócios na companhia, Luiz Lian de Abreu Duarte e Luce Cleo Abreu Duarte, possuem passivo de R\$ 7,2 bilhões cada um.

Laodse era diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) até 2016, quando renunciou ao cargo na entidade depois da revelação de que ele era o maior devedor individual com a União no País, com um passivo superior ao de 18 estados brasileiros. A Fiesp apoiou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e iniciou uma campanha contra a criação de novos impostos e contra o aumento de alíquota dos existentes.

## Denunciado por desmatamento, Grupo Dolly deve R\$ 60,8 bi

O terceiro entre os grandes devedores também tem um símbolo conhecido do grande público, o boneco em formato de garrafa Dollynho dos comerciais de gosto duvidoso de televisão. Totalizando R\$ 60,8 bilhões em dívidas, o Grupo Dolly, companhia reconhecida por fabricar refrigerantes populares, tem 22 registros na lista dos 50 maiores devedores e outros seis entre os 500 principais. A Ragi Refrigerantes Ltda, uma das fabricantes da marca, lidera com R\$ 4,9 bilhões. Ela é seguida pela controladora Tholor do Brasil Ltda, com R\$ 3,3 bilhões.

Responsável pela administração do grupo, a Tholor também gerencia o braço de agronegócio da Dolly através da Sugar Prime Fabricação, Importação e Exportação Ltda, que realiza o plantio e processamento de cana-de-açúcar em Tatuí (SP).

Em junho de 2018, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais aprovou a recuperação judicial da Dettal Participações (R\$ 3,2 bilhões), Brabeb-Brasil Bebidas Eirelli (R\$ 1,6 bilhões) e a Empare-Empresa Paulista de Refrigerantes (R\$ 1,6 bilhões), todas ligadas ao grupo. No ano passado, o dono do grupo, Laerte Codonho, chegou a ser preso sob a acusação de fraude fiscal estruturada, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Em abril, o empresário teve um novo pedido de prisão decretado, dessa vez pelo desmatamento de 6 hectares em área de preservação permanente em São Lourenço da Serra, região metropolitana de São Paulo. Segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), Codonho comandou o pagamento de propina a policiais civis para que acobertassem a derrubada da floresta. O dono da Dolly nega as acusações e afirma ter comprado a propriedade já com uma licença de desmatamento para exploração de água mineral, outro dos filões da companhia. ♦



# “O que menos sobra na Funai é foco no índio”

Por **André Borges**, o Estado de São Paulo

**A**pós deixar a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklimberg de Freitas diz que foi alvo de mentiras e conluio da bancada ruralista e do secretário especial de Assuntos Fundiários do governo, Luiz Antônio Nabhan Garcia. Ao Estado, disse que, em março, em um encontro com o presidente Jair Bolsonaro para tratar da pauta indígena, foi recebido “com indiferença”. Segundo ele, a política indigenista tem sido feita apenas dentro do Palácio do Planalto e “o que menos sobra é o foco no índio. “A Funai praticamente não tem conhecimento de nada”.

A seguir os principais trechos da entrevista:

**Nabhan Garcia disse que o sr. foi demitido porque não teve competência para ficar no cargo. O que o sr. tem a dizer sobre isso?**

Olha, o Exército me designou para comandar uma tropa de paraquedistas em Moçambique, e para atuar como oficial no Estado do Kansas, nos Estados Unidos, por dois anos. Comandei uma brigada em Boa Vista (RR). Fui chefe do comando militar do Amazonas. Acho que o Exército não teria feito tudo isso comigo se eu fosse incompetente. O que vejo é que determinados deveres de casa não foram feitos por essa pessoa, para apoiar o presidente. O que está acontecendo na área indígena é fruto desse assessoramento, este sim, muito incompetente.

**O sr. deixou a Funai dizendo que Nabhan “saliva ódio contra os povos indígenas”. Por quê?**

Usei essa expressão porque se trata de alguém que vem prestando informações erradas ao presidente Bolsonaro. É alguém que não tem conhecimento suficiente para assessorar nas questões indígenas. Tudo o que ele disse é mentira. A Funai, enquanto isso, segue isolada, com dificuldades para realizar seu trabalho, que é cuidar do índio.

**Como o sr. vê a mobilização da bancada ruralista para cuidar da demarcação de terras indígenas?**

É preocupante. Grande parte das nossas demarcações ocorreu em processos de litígio com o segmento rural. Da última vez que eu estive na presidência da Funai, um ano e meio atrás, tínhamos 19 processos de demarcação judicializados. Hoje, há 59. Como ainda há outras 119 terras em fase de estudo, a tendência é que



Foto: Mário Vieira/Funai

“Grande parte das nossas demarcações ocorreu em processos de litígio com o segmento rural. Da última vez que eu estive na presidência da Funai, um ano e meio atrás, tínhamos 19 processos de demarcação judicializados. Hoje, há 59”

esse volume aumente. Por isso, vemos toda essa pressão do segmento rural. É um assunto que envolve políticos e grandes proprietários que vão direto ao presidente. Por isso, fica um vácuo nesse diálogo.

**O sr. não estava na Funai para que o vácuo deixasse de existir?**

Sim, mas a verdade é que a política indigenista tem sido feita apenas dentro do Palácio do Planalto. A Funai praticamente não tem conhecimento de nada. Quem assessora o presidente são essas pessoas. Levam para o presidente a informação de que sou um ongueiro, golpista, bolivariano. Jamais me identificaria com essas afirmações, mas me parece que o presidente acreditou.

**O sr. esteve com Bolsonaro em março. Como foi recebido?**

O presidente foi indiferente. Falei sobre todas as questões e necessidades, mas observei certa indiferença do presidente, provavelmente já acreditando nessas mentiras passadas a ele por representantes da bancada ruralista.

**Quais representantes?**

Vamos ser claros. Me colocaram no alvo quando, em julho de 2017, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, entrou no nosso gabinete na Funai e desrespeitou todos os nossos servidores durante uma reunião.

**O que ocorreu?**

Ele chegou, jogou um DVD em cima da mesa e disse que ali estava o que fazíamos de falcatriuas. Tive que me posicionar, me contrapor. Então, pediram a minha cabeça. Como fiquei no cargo por mais um tempo, criou essa animosidade.

Em abril, o presidente recebeu indígenas ao lado de Nabhan. O senhor não foi convidado?

Claro que não, porque aquilo foi uma cena montada. Não foi sequer a Funai que pagou a passagem daqueles índios para irem a Brasília e gravar com o presidente. Esses índios não representavam suas comunidades. Foram plantados ali para reclamarem de tudo.

**O ex-ministro Santos Cruz, que te indicou para a Funai, disse que o governo é um “show de besteiras”. Como o senhor vê a gestão da área indígena?**

É só o que vejo na área indígena. O que menos sobra é foco no índio. Grande parte do tempo se gasta para resolver essas interferências, essas mentiras e a pressão dessa bancada. Veja o que aconteceu com a medida provisória que tirava a demarcação da Funai. O governo foi derrotado, mas disseram que fui eu que não consegui garantir a aprovação. Espera aí. Quem estava trabalhando nisso o tempo todo não era eu, mas a bancada ruralista, com seus 247 membros. Quem deixou de atuar? Eu é que sou o incompetente? Meu trabalho era com o índio.

**O sr. voltaria a atuar neste governo?**

Acredito que, em razão dessa oposição que existe da bancada ruralista, seria contraproducente qualquer tipo de ação minha nesse caminho.

## Garimpeiros ameaçam indígenas no Vale do Javari

Por **José Roshá**, Cimi Regional Norte I (AM/RR)

**I**ndígenas do povo Tsohom Djapa, da aldeia Jarinal, na Terra indígena Vale do Javari, estão sendo ameaçados por garimpeiros que se instalaram ao longo do rio Jutai. As lideranças indígenas locais contaram no trecho ao menos dez dragas, embarcações projetadas para tirar areia ou lodo do fundo de cursos de água e aumentar portos.

A aldeia fica a cinco dias da sede do município de Jutai viajando de embarcação pequena. Ali vivem 150 indígenas Kanamary e 42 do povo Tsohom Djapa, que é de pouco contato com não-indígenas. De acordo com lideranças, os garimpeiros estão entrando na aldeia, levando bebidas alcólicas e assediando as mulheres. Sob efeito do álcool, passam a ameaçar os indígenas que reagem ao assédio feito às suas esposas e filhas.

A informação foi divulgada inicialmente pelo vereador Adelson Korá Kanamary (PT) que é também membro

Em setembro de 2017, o MPF chegou a confirmar a ocorrência de um massacre contra índios isolados na terra indígena

da Associação Kanamary do Vale do Javari – Akavaja. O Coordenador da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Paulo Dollis Barbosa da Silva, disse que já comunicou o ocorrido à Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Ministério Público Federal da cidade de Tabatinga (AM).

A coordenadora da Funai local, sediada em Atalaia do Norte, disse que operações para retirada de garimpeiros costumam envolver vários órgãos governamentais naquela região em virtude das dificuldades de acesso aos locais onde os invasores se instalam.

Organizações indígenas têm denunciado invasões à TI Vale do Javari com frequência. Pescadores, caçadores,

traficantes e garimpeiros vem causando conflito em várias localidades, afetando inclusive povos de pouco ou nenhum contato com a sociedade envolvente. De acordo com a coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari ali existem ao redor de 18 povos que se mantêm sem contato com a sociedade não indígena.

Em setembro de 2017, o Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas chegou a confirmar a ocorrência de um massacre contra índios isolados na terra indígena. Segundo o MPF, garimpeiros teriam assassinado índios conhecidos como “flecheiros”, em agosto daquele ano, no rio Jandiatuba, afluente do rio Solimões, no município de São Paulo de Olivença, na fronteira com Peru e Colômbia.

A coordenação da Univaja diz que está aguardando um posicionamento oficial da Funai e do MPF quanto às providências a serem tomadas para resguardar o território e a integridade dos moradores da aldeia Jarinal.

# Carlito Guarani Kaiowá é declarado inocente em júri que condenou outros quatro indígenas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

O cacique Carlito de Oliveira Guarani Kaiowá foi inocentado, na noite de 7 de junho, em São Paulo, das acusações de dois homicídios e da tentativa de um terceiro durante ataque de policiais à paisana, utilizando veículo descaracterizado, ao tekoha – lugar onde se é – Passo Piraju, entre os municípios de Dourados e Laguna Carapã, no Mato Grosso do Sul. O conflito ocorreu em 1o de abril de 2006 envolvendo ainda outros oito indígenas.

Quatro deles foram levados a júri junto com o cacique, mas terminaram condenados pelas mortes. Jair Aquino Fernandes e Ezequiel Valensuela, que está foragido, foram sentenciados a 26 e 34 anos de prisão, respectivamente, pelos três crimes. Lindomar Brites de Oliveira (filho de Carlito) a 19 anos e Paulino Lopes a 20 anos, mas ambos inocentados das acusações de tentativa de homicídio.

Com exceção de Ezequiel, todos os Guarani Kaiowá levados a júri já vinham cumprindo pena desde 2006. “Esse tempo será descontado das sentenças, mas vamos entrar com recurso para tentar diminuir os anos da condenação porque consideramos excessivos”, explica a advogada dos indígenas e assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Caroline Dias Hilgert.

Para a advogada, a sentença do júri, que durou quatro dias comandado pela juíza Andreia Moruzzi, da Justiça Federal de São Paulo, teve uma argumentação positiva aos Guarani Kaiowá reconhecendo o conflito territorial.

A juíza determinou ainda que as sentenças sejam cumpridas de acordo com o artigo 56 do Estatuto do Índio: em regime de semiliberdade, com os condenados realizando seus afazeres na aldeia durante o dia e se recolhendo à estrutura da Funai, já existente em Passo Piraju, à noite. Ou seja, os Guarani Kaiowá, com exceção de Carlitos, seguirão cumprindo a pena nos mesmos moldes de antes do júri.

Os dois últimos dias do júri, iniciado terça-feira, dia 4, foram exaustivos. No dia 6, uma quinta-feira, a sessão foi iniciada às 9h30. Duas testemunhas de defesa foram ouvidas: Tônico Benites e Margarida Nicoletti. Na sequência teve início o

período de interrogatórios, quando acusação e defesa inquiriram os cinco Guarani Kaiowá. Esta fase do júri se encerrou na madrugada de sexta-feira, dia 7.

Depois de um intervalo de poucas horas, a juíza Andreia Moruzzi reiniciou o júri às 5h15, com o debate entre a acusação e a defesa. Foram pouco mais de cinco horas de argumentações. Na sequência os jurados se recolheram para a definição da sentença a ser comunicada ao tribunal horas depois, já no período da tarde.

A Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani Kaiowá, principal organização política e social do povo, a Aty Jovem (RAJ) e a Kunãngue Aty Guasu (das mulheres Guarani Kaiowá) emitiram uma nota pública acerca do júri apelando pela inocência dos indígenas e contextualizando a situação com os conflitos fundiários permanentes no Mato Grosso do Sul.

## Momentos do júri

Na manhã da quarta-feira, dia 5, ocorreu o depoimento do policial aposentado Emerson José Gadani, 46, que sofreu golpes de facas e apontado pela acusação como vítima, além da oitiva com as testemunhas de defesa dos indígenas. No dia 4 o júri teve início com atraso porque o assistente da acusação, o advogado Maurício Rasslan, alegou não ter sido intimado para o julgamento.



Mulheres Guarani e Kaiowá protestam em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF): povo luta por justiça e território

No entanto, a juíza Andreia Moruzzi considerou que havia informação suficiente sobre o júri e o iniciou mediante acordo com Rasslan. As testemunhas de acusação foram ouvidas. Dois peritos e dois delegados da Polícia Civil também tiveram os depoimentos tomados, além do genro do deputado estadual ruralista Zé Teixeira (DEM).

“Os jurados consideraram que os crimes foram praticados em face do relevante valor social da terra e da comunidade. Portanto, as penas foram diminuídas”, explica advogada

As testemunhas de acusação afirmaram que existe um conflito fundiário na região há muitos anos, inclusive envolvendo a Fazenda Campo Belo, incidente sobre o tekoha Passo Piraju, onde em 1o de abril de 2006, segundo os Guarani Kaiowá e o constatado durante o júri, policiais à paisana invadiram a aldeia Passo Piraju.

Os homens, no correr dos fatos ainda não identificados, chegaram em carros descaracterizados e atirando. Os Guarani Kaiowá se defenderam e um confronto foi estabelecido. Os indígenas alegam legítima defesa, mas afirmam que os policiais se confundiram e atiraram neles mesmo. Conforme disse ao júri o delegado

Oduvaldo de Oliveira Pompeu, uma das testemunhas de acusação arroladas, naquela região do Mato Grosso do Sul é comum a contratação de segurança privada, por parte dos fazendeiros, para a defesa de propriedades sobrepostas a Terras Indígenas. Uma empresa, disse a testemunha ao júri, chegou a ser fechada pela Justiça por envolvimento nesse tipo de conflito.

Presume-se que o delegado fez referência à Gaspem Segurança, empresa fundada pelo ex-policiaf Aurelino Arce e fechada em 2014 por decisão judicial. Conforme as investigações da 1a Vara Federal de Dourados, trazidas a público pela Repórter Brasil, a empresa cobrava até R\$ 30 mil por despejo de comunidades indígenas. Os pistoleiros prestavam esses serviços ilegais em pelo menos cinco municípios da região.

O inquérito aponta assassinatos de lideranças, despejos violentos e a proibição de que medicamentos e alimentos fossem distribuídos. Ainda revela que muitos policiais, na ativa ou já aposentados, faziam bicos ou realizavam trabalhos na empresa fundada ela mesma por um ex-policiaf.

As testemunhas de acusação afirmaram que existe um conflito fundiário na região há muitos anos, inclusive envolvendo a Fazenda Campo Belo

## Os indígenas julgados

Os indígenas julgados em São Paulo pelo júri comandado pela Justiça Federal foram o cacique Carlito de Oliveira, Ezequiel Valensuela, Jair Aquino Fernandes, Lindomar Brites de Oliveira (filho de Carlito) e Paulino Lopes.

Cacique Carlito é uma destacada liderança do povo na luta pela terra. Ele e os outros quatro Guarani Kaiowá foram presos em 2006 e assim permaneceram até 2012. Primeiro foram detidos na carceragem do Departamento de Operação de Fronteira (DOF), depois foram transferidos para a Penitenciária Estadual Harry Amorim Costa, em Dourados.

Como os indígenas têm o direito ao cumprimento das penas em semiliberdade, na estrutura da Funai perto da aldeia, conforme o Estatuto do Índio, artigo 56, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos artigos 9 e 10, em fevereiro de 2009 o grupo passou a cumprir a pena em Passo Piraju na estrutura erguida pelo órgão indigenista.

No período dos fatos, Passo Piraju sofreu diversos atentados e ataques. Viviam em permanente vigília e ameaçados. Como a aldeia fica às margens do rio Dourados, até por barcos homens armados faziam disparos contra a comunidade. Depois do conflito que levou à morte os dois policiais, Carlito e os demais denunciaram torturas sofridas nos presídios por onde passaram.

## O processo

O processo levado a júri corria em Dourados, mas a defesa dos indígenas conseguiu o deslocamento de competência para São Paulo. A Justiça entendeu que no Mato Grosso do Sul existe dúvida sobre a imparcialidade no tratamento da ação judicial. Ao chegar em São Paulo, foi desmembrado em dois para julgamento: os réus detidos, que estão sendo julgados esta semana, e os em liberdade, sem data para ir a júri.

No caso dos réus em liberdade, com relação ao processo iniciado em 2006, restaram apenas dois; havia quatro: um deles morreu e outro, um indígena Ofaié, foi impronunciado, ou seja, as acusações contra ele foram consideradas improcedentes.

A defesa dos Guarani Kaiowá foi realizada pela assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por procuradores da Advocacia-Geral da União (AGU) com atuação na Fundação Nacional do Índio (Funai). ♦



# Agrotóxicos despejados perto de aldeia levam crianças e jovens Guarani Kaiowá ao hospital

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Quatro crianças e dois adolescentes Guarani Kaiowá precisaram de atendimento médico, durante o mês de maio, após intoxicação provocada pelo contato com calcário e agrotóxicos utilizados em área da Fazenda Remanso localizada a 50 metros da escola indígena de uma retomada que compõe a Terra Indígena Guyraroka, em Caarapó, no Mato Grosso do Sul. As crianças têm entre um e dois anos; os adolescentes, 17 e 18 anos.

As vítimas foram encaminhadas para o pronto-socorro do Hospital Municipal de Caarapó e se recuperam. As crianças e jovens apresentaram asma, tosse seca, falta de ar, vômito, dores no tórax, estômago e na cabeça. Seis cachorros também foram intoxicados, sendo o principal sintoma inchaço na barriga; dois não resistiram e morreram.

Como a área utilizada é muito próxima à escola da aldeia, as crianças costumam ir às cercas aturcidas e curiosas pelo barulho dos tratores, que lançam calcário por toda a terra nua levantando uma tormenta de poeira branca arrastada pelo vento. O barulho impede o decurso normal das aulas enquanto o antigo pasto é transformado pelo maquinário para se integrar à paisagem de soja, cana e milho. Orbitando o ambiente degradado, aviões lançam nuvens úmidas de veneno em voos rasantes. Para os Guarani Kaiowá resta o confinamento entre a monocultura e a sentença de morte que a alimenta.

Associado ao episódio em Guyraroka, 166 novos compostos químicos para envenenar lavouras foram liberados somente em 2019, após a concessão de 12 novos registros no último dia 30 de abril. A lista consta no Ato nº 29, publicado na mesma data no Diário Oficial da União (DOU) e foi levada ao público pelo Brasil de fato.

“Em abril o fazendeiro mandou tirar os bois de uma área usada para pasto e começou a preparar a terra para plantar. Começou a jogar o calcário e depois a pulverizar com agrotóxico. As nuvens de poeira e veneno são levadas pelo vento para a comunidade”, explica Erileide Guarani Kaiowá, moradora do Guyraroka.

Duas grandes usinas de cana mantêm negócios na região: a Raízen e a Nova América. A Raízen, holding

“As ameaças são permanentes. Lançam veneno em cima da gente, nos vigiam e ameaçam, buscam várias formas de nos intimidar”



Proximidade de tratores e aviões que jogam veneno atrai a curiosidade das crianças da aldeia

formada pelas multinacionais Shell e Cosan, chegou a assinar acordo, em 20 de abril de 2012, com a Funai, em que se comprometeu a não mais comprar cana-de-açúcar produzida nas fazendas que incide sobre a Terras Indígena Guyraroká, declarada pelo Ministério da Justiça em 2009.

Desde o ano passado, os indígenas reclamam junto às autoridades públicas a utilização de agrotóxico contra a comunidade, composta por 120 Guarani Kaiowá; do total, entre 40 e 50 são crianças e adolescentes. A coincidência agora é que “começaram a usar esses



Escola indígena, conquistada com ação do MPF, foi inaugurada em abril – logo depois, iniciaram as aplicações de agrotóxicos próximo à aldeia

“O fazendeiro começou a jogar o calcário e depois a pulverizar com agrotóxico. As nuvens de poeira e veneno são levadas pelo vento para a comunidade”

venenos depois da inauguração da escola, no começo de abril”, diz Erileide.

## Pressão e julgamento

Para os indígenas, trata-se de pressão para que a comunidade se retire dos 55 hectares que atualmente ocupa. A área é reservada aos indígenas pela Justiça e compõe a demarcação da Terra Indígena Guyraroka, anulada em 2014 pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Os Guarani Kaiowá entraram com pedido de anulação da decisão na Corte Suprema.

“O julgamento está programado para o dia 27 de junho então eles estão pressionando de todos os jeitos”, analisa Erileide. A indígena, no entanto, afirma que a comunidade não pode esperar muito. “Ninguém mais aguenta todo aquele veneno, que está em tudo. Sobre nossas moradias, escola, alimentos. Precisamos tomar alguma atitude”, explica.

A ação contra a demarcação de Guyraroka foi movida por Avelino Donatti, dono da fazenda Cana Verde, uma das 26 propriedades com títulos sobrepostos à Terra Indígena. Uma outra propriedade é a do deputado estadual Zé Teixeira (DEM/MS), com atuação parlamentar anti-indígena.

Os Guarani Kaiowá do Guyraroka não foram ouvidos no processo que culminou na anulação da portaria que declarou a demarcação da terra.

## Outras violações

Guyraroka possui demandas levadas e em tramitação no sistema Interamericano de Direitos Humanos. Um conjunto de violações acompanha a trajetória de luta dos Guarani Kaiowá neste tekoha. Os indígenas chegaram a se submeter a trabalhos pessimamente remunerados para os fazendeiros como estratégia de permanência.

“Somos vigiados 24 horas por câmeras. Os fazendeiros sabem quem entra, quem sai, controlam tudo. As ameaças são permanentes. Lançam veneno em cima da gente, nos vigiam e ameaçam, buscam várias formas de nos intimidar”, destaca Erileide que recentemente esteve nas Nações Unidas denunciando a situação de seu povo. Drones também são usados para monitorar a aldeia, denuncia a Guarani Kaiowá. ♦



Criança indígena observa a terra lavrada em fazenda localizada no interior da Terra Indígena Guyraroka



# “Por que esse homem ainda tá vivo?”

Há dois anos, cerca de 30 indígenas do povo Akroá-Gamella sofreram um ataque de mais de 200 pessoas incitadas por ruralistas. Entre os mais de 20 feridos, dois indígenas tiveram as mãos decepadas



Foto: Ana Mendes/The Intercept

Por **Sabrina Felipe**, no Intercept Brasil

O inverno amazônico é quente. Em Viana, noroeste do Maranhão, fazia 26 graus às cinco da tarde, mas parecia mais por causa do mormaço das chuvas constantes. A umidade do ar e o suor colavam a roupa no corpo, aumentando a sensação de calor. Contrariando a quentura, Aldeli vestia um roupão grosso e felpudo. Mas não era frio que ele sentia. Era dor.

“São os ferros que esfriam com a chuva”, me disse. Placas de metal foram implantadas nos dois antebraços de Aldeli para unirem as mãos novamente ao corpo: seus membros foram brutalmente decepados a golpes de facão na tarde de 30 de abril de 2017.

Naquele dia, mais de 200 pessoas atacaram com armas de fogo, facões e pedaços de pau cerca de 30 indígenas Akroá-Gamella, uma etnia que tenta há quatro décadas a demarcação de suas terras tradicionais no Maranhão.

O ataque aconteceu quando os indígenas tentavam retomar as terras de seus antepassados sobre as quais o comerciante Jamilo Aires Pinto assentou uma propriedade rural privada nos meados do século 20. Por meio de grilagem, dezenas de povoados foram sobrepostos ao território tradicional Taqaritiua, que o povo Akroá-Gamella ocupa pelo menos desde o século 18.

Segundo documentos históricos, os indígenas perderam suas terras durante o século passado, quando fazendeiros e grileiros invadiram o local e registraram a posse das terras em cartório. Na ocasião, o único documento físico que os indígenas tinham para comprovar a propriedade – um registro de doação da coroa portuguesa – foi perdido. Os indígenas tentam há décadas retomar suas terras, mas o processo de demarcação é lento e burocrático. Em 2014, em uma assembleia, eles se autodeclararam povo Akroá-Gamella e começaram o processo de retomada das terras, ocupando as fazendas. Quatro delas foram retomadas e os indígenas se reestabeleceram em partes do território ancestral. Mas, na quinta, eles foram massacrados.

Naquele 30 de abril, a retomada mal havia se concretizado no interior da fazenda quando os cerca de 30 Akroá-Gamella, entre mulheres, homens e adolescentes, foram surpreendidos por gritos de ódio da multidão

e uma “chuva de balas”. Os agressores vieram de cinco povoados que se ergueram sobre as terras indígenas, a pouco mais de 215 km da capital São Luís.

Aldeli de Jesus Ribeiro Akroá-Gamella, hoje com 39 anos, foi um dos 22 indígenas feridos. Um homem o golpeou com facão diversas vezes, arrancando quase por completo suas mãos, que ficaram penduradas por um mínimo pedaço de pele. Na testa, a lâmina abriu um corte profundo de cerca de 10 centímetros de comprimento. Um tiro pegou de raspão no tórax, outro quebrou sua perna esquerda. Uma bala segue alojada em seu corpo.

Na época, o governo maranhense minimizou o ocorrido. Um dia após o massacre, enquanto a notícia corria, o governador do Maranhão, Flávio Dino, do PCdoB, hoje reeleito, publicava em sua conta no Twitter que até aquele momento “não houve nenhuma vítima com mãos decepadas”.

Dois anos depois do que ficou conhecido como o massacre Gamella, as quatro cirurgias e dezenas de sessões de fisioterapia realizadas em seis meses de internação na Casa de Saúde do Índio, a Casai, em São Luís, não foram suficientes para fazer Aldeli recuperar o movimento normal das mãos. Ele sente dor todos os dias. E tudo piora no inverno de Viana, período de chuvas que vai de dezembro a julho. Os metais no antebraço são os primeiros a anunciar o frio que vem com a chuva. “Quando a chuva vai passando lá longe, aqui eu já tô sentindo”, ele me disse. O roupão grosso e felpudo foi presente da irmã, numa tentativa aquecer o corpo para aliviar suas dores.

A força e destreza que sobraram nas mãos não são mais suficientes para Aldeli realizar tarefas antes rotineiras, como pescar, capinar, plantar e colher. “Às vezes passo necessidade por não poder ir pescar, por não poder caçar um bichinho pra comer”, conta. Quem faz o serviço na roça é sua companheira, Joseane Maracanã Ribeiro Guajajara, 39 anos. É ela também quem o ajuda a se levantar da rede suspendendo-o pelo braço. Ele não tem mais força para se erguer apoiando-se nas mãos.

Aldeli informa que recebeu um auxílio-doença de três meses no valor total de R\$ 3.470, mas, apesar de ter passado por duas perícias do INSS, até hoje o órgão

“ Não tive melhora nenhuma. Tá toda morta minha mão. Sinto muita dor, dói muito. Toda hora eu sinto, toda hora. Eu tô andando por aqui com vocês, mas eu tô sentindo. A mão o tempo todo pesada. Esse ferro aqui. Pode garrá aí, é muito grande esse ferro” ,

diz Zé Canário



Foto: Ana Mendes/The Intercept

Zé Canário, em 2017, ainda no hospital, e hoje





Fotos: Ana Mendes/The Intercept

Aldeli de Jesus Ribeiro Akroá-Gamella, hoje com 39 anos, foi um dos 22 indígenas feridos. Um homem o golpeou com facão diversas vezes, arrancando quase por completo suas mãos, que ficaram penduradas por um mínimo pedaço de pele



Aldeli, em 2017, ainda no hospital, e hoje

não o considerou elegível para a aposentadoria. O órgão diz, por meio de sua assessoria, que o auxílio-doença foi encerrado em novembro de 2018 e que Aldeli não solicitou a prorrogação. “O INSS fica condicionando que o Aldeli volte várias vezes para São Luís [para ser periciado], como se fosse uma desconfiança sobre se realmente é o caso de aposentá-lo ou não. Isso é um rito que o médico está criando, porque não é necessário”, me disse Viviane Pedro, advogada do Conselho Indigenista Missionário do Maranhão, o Cimi. Pelas regras do INSS, cabe ao perito médico avaliar a incapacidade do segurado para o trabalho.

Aldeli e a companheira vivem do que ela planta para consumo próprio e dos artesanatos que ela faz com madeira e miçangas e vende aos indígenas, e também de doações de parentes. Mas, mesmo quando há algum dinheiro, a comida não chega fácil. Para o açúcar, o óleo, o sal e o café, precisam ir a Viana, a cerca de 14 quilômetros de Centro do Antero, aldeia onde vivem. Apenas Joseane vai, e com receio. Depois do massacre de 30 de abril de 2017, ficou ainda mais perigoso ser índio em Viana. Aldeli nunca mais pisou lá. Teme ser novamente atacado pelos fazendeiros da cidade. “Eles querem comer a gente. Eles agora comem carne de gente”, ele me disse, reverberando ainda o horror que viveu há dois anos.

### Um membro que não lhe pertence

Era noite na aldeia Taquaritiua. No dia 25 de janeiro de 2019, a chuva já tinha caído, suspenso e caído de novo. O tempo estava abafado, mas Leonete dos Santos Mendes Akroá-Gamella, 36 anos, botou no fogo uma panela com água para amornar e com ela aliviar a dor da mão direita do marido, José Ribamar Mendes Akroá-Gamella, de 52 anos. Só assim ele conseguiria dormir. Zé Canário, como Ribamar é conhecido, foi outro dos mais machucados no ataque. Ele também teve a mão decepada por um golpe de facão.

A mão direita de Canário, presa por uma mínima pele, foi reafixada ao antebraço com uma placa de metal. O inverno para ele, assim como para Aldeli, é um martírio. “Não tive melhora nenhuma. Tô toda morta minha mão. Sinto muita dor, dói muito. Toda hora eu sinto, toda hora. Eu tô andando por aqui com vocês, mas eu tô sentindo. A mão o tempo todo pesada. Esse ferro aqui. Pode garrá aí, é muito grande esse ferro”, me disse, estendendo a mão pra eu tocar a estrutura de metal que fica visível sob a pele.

A aparência e temperatura da mão direita de Canário são as mesmas da mão de um defunto: fria e estática. A pele não tem viço. “Não corre sangue”, ele afirma. O ferro é tão pesado que ele precisa segurar a mão direita com a mão esquerda quase o tempo todo. Canário parece

amparar um membro que está nele, mas não lhe pertence.

“Ele era um batedor de tambor. Pegava um tambor que só largava de manhã. Bateria, cantava”, me disse Leonete sobre o marido, que tocava tambor nas festas e rituais Akroá-Gamella. Hoje, Zé Canário não usa mais a mão direita, e como sempre foi destro, ainda precisa se esforçar para usar a esquerda com alguma desenvoltura em tarefas básicas, como tomar banho ou levar comida à boca com um talher. “Na situação dele, é difícil até pra tomar banho. Se ele for se banhar, ele vai só jogar água. Ele vai banhar se eu for pra esfregar ele. Eu passo a palha nele pra poder sair o sujo da pele, da poeira de quando dá o vento”, diz Leonete.

Canário também manca com a perna esquerda e sente dor, resultado do golpe de facão que recebeu quando já estava caído. O agressor, ele conta, precisou pisar em sua perna para retirar o facão que ficou cravado no osso, como quem retira um machado cravado no tronco de uma árvore recém-abatida.

Não foi apenas a vida de Adeli e Zé Canário que mudou radicalmente depois do massacre. Sua mulher e três das

quatro filhas do casal – as mais novas – precisaram alterar a rotina para se adaptar à nova realidade física dele. “Mudou tudo”, lamenta Leonete.

Quando voltaram da temporada de seis meses que passaram em São Luís para o tratamento de Canário na Casai, Leonete e o marido encontraram parte da casa depenada. Ladrões levaram galinhas, porcos e ferramentas de trabalho. Leonete precisou pegar um empréstimo para comprar tudo de novo. Ela voltou a criar galinhas, patos, porcos e um casal de perus. A roça fica por conta das filhas Ana Kelly, Talita e Tainara dos Santos Mendes Akroá-Gamella, de 13, 14 e 16 anos.

Quase dois anos depois do massacre, Zé Canário passou a receber aposentadoria de um salário mínimo, R\$ 954. É com esse dinheiro que ele paga de quatro a cinco trabalhadores, a uma diária de 50 reais cada, para de tempos em tempos tocarem a roça e darem um alívio à esposa e às filhas. Do último salário, a família usou quase tudo para pagar os trabalhadores. Sobrou o suficiente para comprar um pacote de café, três barras de sabão e três pacotes de palha de aço. →

Mapa: Domínio Público



Mapa do século 18 identifica “Terra dos Índios” ainda em 1765 na região de Viana, Maranhão (no alto, à esquerda)



## Um crime sem culpados

Após mais de dois anos, o inquérito policial aberto para apurar a autoria e circunstâncias do massacre ainda não foi concluído, segundo o Ministério Público Federal e a Polícia Federal no Maranhão. As principais vítimas das agressões, como Aldeli e Canário, nunca foram ouvidas, assim como alguns suspeitos, entre eles, políticos, policiais, lideranças evangélicas e fazendeiros. O local do crime sequer foi periciado.

O inquérito, aberto pela Polícia Civil de Viana, foi transferido à Polícia Federal por se tratar de violação de direitos de povos indígenas. Segundo a assessoria de imprensa da PF, o prazo para a conclusão é junho, “podendo ser necessário solicitar prorrogação, considerando as notícias de ameaças de novos conflitos na região, o que dificulta o esclarecimento de alguns pontos”.

Na época do crime, o então diretor técnico do Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho, Newton Gripp, também negava o decepamento das mãos dos Akroá-Gamella. Segundo ele, no caso de Aldeli, “a mão ficou presa por estruturas musculares e tendões”. Para o médico, não houve rompimento de artéria nenhuma e, por isso, a mão do indígena permaneceu viva.

“A posição do Flávio Dino ao dizer que os índios Akroá-Gamella não tiveram as mãos decepadas retira a grandeza da violência cometida contra eles. O estado deveria proporcionar segurança aos indígenas, mas acabou não fazendo”, me disse Gilderlan Rodrigues da Silva, coordenador do Cimi Maranhão.

As mãos que Flávio Dino e Newton Gripp defenderam nunca terem sido arrancadas do corpo de Aldeli e Zé Canário não são as mesmas que os indígenas hoje têm consigo. “Essa conversa de que eu fui decepado não era pra comentar, eles ficavam brabo lá, o pessoal do hospital. Uma [médica] chegou e disse pros outros ‘por que esse homem ainda tá vivo? Tudo nele tá cortado, isso tá apartado de tudo’”, diz Aldeli, lembrando conversas que ouviu quando ainda estava internado no Hospital Geral. A situação de Zé Canário é igual. “Ele só não perdeu porque grudaram de novo”, diz Leonete, sua mulher. “O que adiantou ter a mão sem movimento nenhum?”.

Procurei a assessoria de imprensa do governo do Maranhão e do hospital público estadual onde trabalha Newton Gripp, mas não obtive retorno.

## O medo venceu a esperança

Não foi só o decepamento das mãos que foi colocado em dúvida depois do massacre. Na época, o Ministério



Indígenas reunidos um dia depois do ataque. A polícia havia acabado de chegar para fazer corpo de delito nas vítimas

da Justiça e Segurança Pública chamou os Akroá-Gamella de “supostos indígenas”. Um major da polícia se referiu a eles como “esses que dizem ser índios”.

A etnia tenta, há quatro décadas, ter suas terras demarcadas pela Funai. Nos anos 1980, um grupo de cinco Akroá-Gamella foi à sede da fundação em Brasília requerer políticas públicas de proteção e apoio, e ouviram que teriam que fazer um exame de sangue para que o órgão confirmasse se eram índios ou não.

“Foi tirado sangue de quatro pessoas pra ter certeza se eram índio, mas nós nunca recebemos o resultado desse exame”, me contou Francisco Borges dos Santos Meireles Akroá-Gamella, 61 anos, recuperando relatos do tio que teve amostra de sangue coletada. “Isso tinha na cabeça das pessoas, que o exame ia dizer quem ele era ou quem ele não era. Mas sempre a gente insistiu nisso

com a Funai [de que são povo Akroá-Gamella]. Eles que quiseram esconder os Gamella, mas os Gamella nunca se escondeu na vida”.

No final do século 20, a etnia foi declarada como extinta pelo estado brasileiro. “Essa foi uma prática comum, desde o período colonial, para negar a existência de indígenas que adotaram estratégias de resistência e sobrevivência diante da violência imposta tanto naquele período como em tempos atuais”, escreveu a missionária Rosimeire de Jesus Diniz Santos, que atua há 20 anos com indígenas no Maranhão, em um relatório sobre violência

contra os povos indígenas no Brasil.

Em agosto de 2014, em uma assembleia, os cerca de 1200 indígenas da etnia se autodeclararam povo Akroá-Gamella. Desde então, divididos em seis aldeias na zona rural de Viana – Taquaritia, Centro do Antero, Nova Vila, Tabocal, Ribeirão e Cajueiro-

Dois anos depois do que ficou conhecido como o massacre Gamella, as quatro cirurgias e dezenas de sessões de fisioterapia realizadas em seis meses de internação na Casa de Saúde do Índio, a Casai, em São Luís, não foram suficientes para fazer Aldeli recuperar o movimento normal das mãos

-Pirai –, eles vêm tentando, sob hostilidades e ameaças de moradores, políticos e lideranças de igrejas evangélicas de Viana, recuperar as terras de seus ancestrais, hoje usadas para a criação de boi, búfalo e retirada de barro para fábricas de tijolos.

Desde 2015, quatro fazendas foram retomadas pelos indígenas. Na ação, que tem sido implementada por outros povos além dos Akroá-Gamella, os indígenas ultrapassam as cercas e arames que bloqueiam o acesso às terras e as retomam. Os fazendeiros não costumam viver nessas propriedades. Caseiros e outros empregados que vivem e trabalham no local se retiram, levando consigo bens e pertences pessoais. Após negociações, os indígenas autorizam os fazendeiros a retirarem gado, plantações e outros bens que se encontram na área. Reestabelecidos em suas terras, eles interrompem o processo de desmatamento iniciado e mantido pelos ocupantes anteriores e replantam árvores nativas, fazem roças de milho, mandioca, arroz e feijão, e preservam as nascentes e os lugares que consideram sagrados, como rios.

Nas fazendas retomadas pelo povo Akroá-Gamella, a regeneração da vida natural já pode ser vista a olho nu. Onde um rio havia sido assoreado, hoje corre um fio de água cristalina que chega a cobrir os pés. Bacurizeiros, pés de juçara, caju e guarimã ressurgiram sobre mares de capim. “Tatu a gente encontra bastante, paca



Crianças Akroá-Gamella brincam no ritual de São Bilibeu na aldeia Cajueiro-Pirai, no Maranhão



Foto: Ana Mendes/The Intercept

## ‘Índio tem que morrer’

Depois da barbárie de 2017, as hostilidades contra indígenas em Viana aumentaram, e a eleição de Jair Bolsonaro, com seu discurso racista contra indígenas e quilombolas, tornou tudo mais violento.

Os Akroá-Gamella resistem a ir para Viana. Quando vão, evitam estar com braços, pernas e rostos pintados com grafismos típicos da etnia. Ouvi relatos de olhares de ódio e ameaças vocalizadas pelas ruas e nos comércios: “índio tem que morrer”, dizem quando os veem passar. Como parte da estratégia de terror psicológico, moradores de Viana, ao modo Bolsonaro, simulam uma arma com os dedos polegar e indicador em riste e a apontam aos indígenas.

À noite, tiros são disparados para o interior das aldeias retomadas. “Vocês ouviram o pessoal que passou pela estrada nessa madrugada xingando a gente de ladrão e vagabundo?”, me perguntou Pe’gre Akroá-Gamella, 41 anos, durante uma das minhas visitas ao território.

Em Centro do Antero, Aldeli e Joseane estão cercados por não indígenas que, ao longo de décadas, compraram terras griladas e se instalaram na aldeia. O casal relatou que tiros são disparados com frequência nos arredores da casa por alguns vizinhos com o objetivo de amedrontá-los. Em uma de minhas visitas à aldeia, ouvi um disparo enquanto a equipe de vídeo capturava imagens com drone, por volta de 9h.

Em outro momento da apuração em campo, precisamos ficar em alerta: por volta das 20h30, um homem abandonou uma moto a poucos metros da entrada principal da aldeia onde estávamos. Ele se escondeu no mato à beira da estrada. Cerca de uma hora depois, saiu do esconderijo – uma vala do outro lado da pista – e partiu em retirada no veículo. A moto não tinha placa. A polícia de Viana foi acionada pelos Akroá-Gamella enquanto o homem

ainda estava escondido, mas chegou horas depois que o suspeito já tinha ido embora. “Era uma emboscada. Se a gente se aproximasse pra ver quem era, ele podia matar a gente”, avaliou um dos indígenas na ocasião.

No dia seguinte, por volta de 11h, uma jovem Akroá-Gamella de 16 anos foi abordada no povoado Santeiro por dois jagunços encapuzados numa moto. Eles queriam saber onde se encontrava uma das lideranças do território. Com uma arma apontada para sua cabeça, a jovem negou conhecê-lo. Só depois de ameaçar gritar, ela foi liberada pelos pistoleiros.

Entre outubro de 2018 e fevereiro deste ano, oito ocorrências de ameaças e ataques com arma de fogo foram registradas pelos indígenas na Delegacia Especializada em Conflitos Agrários de São Luís. “Desde que Bolsonaro pegou a presidência, a ameaça ficou muito mais perigosa pra nós. Agora, eles tão diretamente nos ameaçando, e até querendo entrar pra dentro do território onde a gente tá”, me disse um dos indígenas que tem sido procurado por jagunços em Viana e que pediu para não ser identificado.

Em 21 de fevereiro de 2019, o deputado federal Aluísio Mendes, do Podemos maranhense, publicou em sua conta no Facebook fotos de uma reunião com o presidente da Funai, o general Franklimberg Farias, e escreveu a seguinte legenda: “Em pauta, as terras de Viana e Matinha, ocupadas por pessoas que se autointitulam índios Gamelas (sic) e a necessidade de ampliação da rede de transmissão de energia elétrica para atender estas regiões. (...) Quanto à insegurança jurídica dos pequenos fazendeiros de Viana e Matinha, vítimas das invasões, defendemos a posse de suas propriedades”.

O post repetiu as mesmas palavras e ideias que ele proferiu em um discurso durante a Manifestação pela Paz feita em 30 de abril de 2017 numa praça do povoado Santeiro, em Viana. Poucas horas depois, aconteceria o massacre contra os Akroá-Gamella. ♦

Reportagem realizada com apoio do Rainforest Journalism Fund em associação com o Pulitzer Center.



Crianças brincam em açude da aldeia Cajueiro-Piraí, uma antiga fazenda, agora retomada

voltou, cotia voltou. Macaco, esse não tem. Tucano tem, sabiá. As terras tão melhorando, onde eles meteram as máquinas, o mato tá crescendo. O coelho, que a gente não via mais, a gente vê passando de carreira”, me disse Leonete Akroá-Gamella.

A quinta fazenda a ser retomada pelos indígenas seria a de Jamilo Aires Pinto, no povoado Bahias, e que culminou com o massacre. Depois da tragédia, os gamella ocuparam por três semanas o prédio da Funai, em São Luís, exigindo a criação de um grupo de trabalho para iniciar o processo de identificação e delimitação de suas terras.

A reivindicação foi aceita e o grupo, composto por antropólogos, biólogos e outros profissionais, iniciou os trabalhos com uma reunião geral na aldeia Cajueiro-Piraí. Acompanhei o encontro, em 10 de novembro de 2018, aberto à imprensa, e vi a esperança dos Akroá-Gamella. A expectativa, no entanto, deu lugar à apreensão com a Medida Provisória 870/19, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de mandato, que reestrutura ministérios e retirava da Funai o poder de identificar e demarcar terras indígenas e entregava ao Ministério da

Agricultura – nas mãos dos ruralistas.

No último dia 22 de maio, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto da MP 870, mas com modificações importantes para os povos indígenas: as demarcações voltaram a ficar a cargo da Funai, e não mais do Ministério da Agricultura. A fundação também retornou ao Ministério da Justiça, saindo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao qual se encontrava submetida por força da MP publicada em janeiro.

A modificação do texto-base aconteceu após intensa pressão dos movimentos indígenas sobre o governo Bolsonaro. A vitória, porém, não é definitiva. A votação da MP ainda deve passar pelo Senado, e precisa ser sancionada pelo presidente até 3 de junho.

A Funai não respondeu meus pedidos de informação e entrevista. Segundo a advogada Viviane Pedro, o Ministério Público Federal garantiu que o grupo de trabalho continuará discutindo o reconhecimento dos Akroá-Gamella.

Aldeli informa que recebeu um auxílio-doença de três meses no valor total de R\$ 3.470, mas, apesar de ter passado por duas perícias do INSS, até hoje o órgão não o considerou elegível para a aposentadoria

Foto: Ana Mendes/The Intercept



Cemitério na aldeia Taquaritia, no território Akroá-Gamella



# Réquiem para Marcondes Namblá Xokleng

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

O estridente sino da Escola Indígena Laklaño mal encerra o tilintar ensurdecido e das salas de aula saem em enxurradas meninos e meninas acotovelando-se no único corredor de paredes e chão de madeira. Andam aos tropeções, em um farfalhar ansioso de vozes sobrepostas, esparramando-se no pátio de terra e grama. Passam pelo refeitório sem lembrar da merenda ainda no fogo. Ladeados pelas montanhas da Terra Indígena Ibirama-Laklaño, os jovens Xokleng correm, jogam futebol, vôlei, sentam-se à sombra fria da manhã para ler, aglomeram-se sob a única e frondosa árvore disponível para comer frutas e alguns meninos se exibem para um grupo de meninas, que cochicham e riem. Um rapaz destoa no meio da agitação atravessando-a calmamente. Magro, alto para a pouca idade e ligeiramente encurvado, caminha com os olhos sobre o sapato social preto, além de vestir jeans claro e um suéter sobre a camisa branca de botão. Ergue a cabeça para sorrisos tímidos e leves cumprimentos quando chamado por algum amigo ou amiga. Tem o olhar de quem traz dentro de si um universo denso e complexo, mas quando questionado sobre o que deseja para o seu futuro saca da introspecção uma resposta objetiva: “quero fazer na vida as coisas que meu pai fazia. O que eu gosto de fazer quando não estou na escola é lutar pelo povo indígena”. Daniel Namblá Xokleng tem 14 anos e há alguns meses perdeu o pai, o professor Marcondes Namblá Xokleng, morto a pauladas no município de Penha, litoral norte catarinense, em 10 de janeiro de 2018.

No dia 24 de junho de 2019, o assassino Gilmar César de Lima, de 24 anos, foi condenado a 21 anos e quatro meses de prisão, em regime fechado, acusado de homicídio duplamente qualificado. Para o Tribunal do Júri, que ocorreu no Balneário Piçarras (SC), Lima alegou que na madrugada do ano novo de 2018 Marcondes teria mexido com o seu cachorro. Conforme as imagens da câmeras de vigilância que registraram o crime, o professor Xokleng é golpeado mais de 20 vezes, a maioria na cabeça, com um pedaço de pau. Ao ver Marcondes esboçar um sopro de vida, Lima voltou apressado e seguiu com os golpes. O motivo fútil piorou a situação do réu, mas conforme o assistente de acusação, Dagoberto Azevedo Bueno, pode ter acobertado a participação de mais indivíduos no crime e os reais motivos do assassinato de Marcondes Namblá. “Se analisarmos as imagens, a gente leva a pensar que foi premeditado. Logo, se foi premeditado, é possível imaginarmos que havia mais coisas por trás disso e até mais pessoas por trás da morte desse indígena”, disse à imprensa catarinense após o Júri. Para a família de Marcondes, a história contada por Lima é impensável diante de como o professor costumava se portar e por ameaças anteriores ao assassinato.

“Os gatos dormiam com a gente, sobre o Marcondes. Ele sempre tratou bem dos animais,



Marcondes Namblá, o primeiro da esquerda para a direita, na frente da Escola Indígena Laklaño. Crédito

“Se analisarmos as imagens, a gente leva a pensar que foi premeditado. Logo, se foi premeditado, é possível imaginarmos que havia mais coisas por trás disso e até mais pessoas por trás da morte desse indígena (Marcondes)”,

declarou o assistente de acusação após o Tribunal do Júri

dos cachorros. Também não era um homem de arrumar briga. Ele ficava em casa, saía só para trabalhar. No final de semana ia pra Igreja. Trabalhava e voltava. Ficava com os meninos, ajudava em casa. Amava os filhos e fazia de tudo por eles, pela gente. Nunca surrou nenhum deles”, declara Cleusa Namblá Xokleng, viúva de Marcondes. Ao lado dela, dona Melissa, sogra do professor, mantinha uma relação afetuosa com o genro. “Era o juiz da Terra Indígena. Buscava apoiar as pessoas, ajudar. Todo mundo vinha falar com ele. Não ia no errado. Só queria fazer o certo. Tanto que era o juiz”, declara. Ao redor da mãe e da avó, os cinco filhos de

Marcondes: Erika, 15 anos, Daniel, 14 anos, Clara Elis, 12 anos, Melissa, 9 anos e Lucas, 6 anos. Em sua casa, encravada num ponto alto da aldeia Pliplatol, sobre uma área plana onde o quintal é vasto na frente da casa de madeira, Daniel está mais à vontade. Brinca com os irmãos e mostra fotos do pai. Quando ouve a mãe falar, se põe sério e pensativo. “Penso que o Marcondes contrariou pessoas de fora interessadas em fazer rinha de galo na Terra Indígena. Não foi por conta dessa história do cachorro...”, destaca Cleusa.

O professor e outras lideranças Xokleng denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF), meses antes do fatídico episódio, o assédio que vinha ocorrendo na Terra Indígena para a realização das rinhas. “Eu tenho pra mim que ele já estava ameaçado e perseguido. Quando foi denunciar já falaram... ofereceram até dinheiro, e ele não pegou. Um branco da rinha de galo, não sei quem é ao certo, veio atrás do Marcondes oferecer dinheiro pra aceitar a rinha de galo. Aí ele não aceitou o dinheiro e disse que era errado. Vieram aqui na porta de casa oferecer”, lembra dona Melissa. Conforme testemunhas relataram à esposa de Marcondes, horas antes de ser assassinado, na manhã do dia 31 de dezembro de 2017, já no município de Penha, novamente ofereceram dinheiro ao professor para que ele liberasse as rinhas; pela derradeira vez, o indígena se negou a receber. Cleusa e dona Melissa dizem que ele estava convicto de sua posição e contava com o apoio majoritário do povo. “Gostaria de descobrir quem mandou o rapaz matar o Marcondes porque sabemos que alguém mandou. Não foi por conta do cachorro”, destaca Cleusa.

A indígena diz ter sonhado com o marido pouco mais de uma semana após o enterro, antes do aniversário de 14 anos do filho Daniel. O festejo havia sido desmarcado, o luto e o desassossego ainda estavam presentes. “Eu refletia o que seria da nossa família porque o Marcondes lutava por nós. Quando estava sem contrato na escola, trabalhava pros colonos colhendo fumo e com esses pequenos trabalhos de vender sorvete e artesanatos em Penha. Não conseguia pensar mais em nada”, diz Cleusa. Saudades de Marcondes e



Família de Marcondes Namblá reunida: Cleusa, a viúva, é a segunda da esquerda para a direita. Daniel, o filho que deseja seguir com a obra do pai, o penúltimo

daFoto: Antonella Tassinari

Foto: Renato Santana/Cimi



incertezas quanto ao futuro. O mundo havia ruído e os pedaços estavam espalhados pelo quintal. No sonho, Cleusa estava no quarto quando ouviu a voz do marido. “Ele me disse para usar na festa o vestido que eu tinha comprado. Disse que achou bonito, mas muito longo. Eu o vestia e ia pra festa. Marcondes estava comigo”, conta. A viúva, no entanto, afirma que Marcondes não sabia do vestido porque Cleusa o comprou após a ida dele para o trabalho de virada de ano em Penha. A festa de Daniel estava desmarcada. “No sábado avisaram na Igreja que haveria uma festa pro Daniel. Fui com o vestido, como o Marcondes me pediu no sonho”.

### Marcondes: intelectual e professor

Em outubro de 2013, Marcondes Namblá era um dos alunos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na ocasião, o professor José Ribamar Bessa Freire pediu para que os estudantes fizessem um desenho de como os indígenas são tratados no Brasil. “Ninguém podia imaginar que, quatro anos depois, o desenho seria feito com sua própria vida, isto é, com sua morte”, escreveu Bessa em sua coluna no prestigiado blog Taqui Pra Ti. Até mesmo para um professor e pesquisador como o Bessa, que desde a década de 1960 estuda a questão e povos indígenas, sendo fundador deste Porantim, imaginar que tamanha crueldade se abateria sobre um indígena, no caso um aluno próximo e querido, o Marcondes, só no mais denso

“Quero fazer na vida as coisas que meu pai fazia. O que eu gosto de fazer quando não estou na escola é lutar pelo povo indígena”.

afirma Daniel Namblá Xokleng

pesadelo colonial que ainda não foi suficiente para tirar o Brasil deste sono perante as violências sofridas pelos povos indígenas.

O fato é que Marcondes, para além de uma liderança política do povo Xokleng, era um intelectual indígena e professor comprometido com a educação escolar indígena, a cultura e língua de seu povo e, sobretudo, devotado em formular sobre a infância e juventude indígena. Em abril de 2015, Marcondes apresentou a monografia de conclusão de curso onde pesquisou sobre a prática dos banhos nos rios “mostrando como a construção da Barragem Norte transformou o cotidiano das crianças Laklânô e prejudicou as brincadeiras infantis que usavam vocabulários específicos na língua nativa e começam a cair no esquecimento. Preocupado com o destino da língua materna, Namblá estava atento para a circulação de saberes tradicionais e as dimensões identitárias configuradas pelo território”, seguiu Bessa em seu texto. Em novembro de 2017, Marcondes encantou o público do III Seminário Crianças e Infâncias Indígenas com a apresentação dos resultados de sua pesquisa.

Toda a sua atenção estava voltada para a temática. Na Escola Indígena Laklaño, desempenhava a função coordenador; ensinava não apenas aos estudantes, mas também aos professores.

“Marcondes era um coordenador, orientava os professores e professoras. Ajudava nos projetos e na orientação da língua, de ajudar a como pronunciar, escrever, a gramática da língua. O que ele mais gostava era a questão da língua. Tinha vários projetos e ideias nesse lado. A preocupação dele era com a cultura. Independente de horário, ficava o dia inteiro na escola”, afirma a professora Jessica Pripra Xokleng. A sala de aula em que a indígena leciona é repleta de desenhos, imagens e cores. Todos feitos pelos alunos e alunas. “Voltar para o ano letivo depois da morte do Marcondes foi muito difícil. Muito difícil. Ele ficou afastado um tempo da escola, estudando, e voltou em 2017. Se tornou uma referência aqui. A Semana da Cultura, por exemplo, foi muito sofrida esse ano (no mês de abril) porque era uma semana sagrada pro Marcondes. Sentimos a falta dele, sempre”, destaca Jessica.

A professora dimensiona a figura de Marcondes para além das paredes da escola. Como juiz da Terra Indígena, o indígena era um conselheiro da comunidade e com sabedoria administrava a função a ele encarregada. A Xokleng destaca a generosidade de Marcondes na transmissão do conhecimento que ele tão arduamente buscava. “Tudo o que eu sei da cultura e da profissão eu aprendi com ele. Foi meu colega de faculdade, de trabalho. Uma inteligência e uma ousadia... tá sendo difícil. Nos perguntamos: como o Marcondes resolveria isso? Qual seria a opinião e análise dele? Igual a ele não tem. Mas o Marcondes cresceu como liderança porque ele buscava conhecimento, aperfeiçoamento e estudo”, finaliza.

Bessa segue recordando: “os depoimentos de professores e colegas ressaltam a jovialidade e o entusiasmo de Namblá pela vida. Ele era dono de uma “alegria contagiante que nos passava com sua viola e cantorias de sempre na UFSC” nas palavras enlutadas de sua colega, a guarani Kerexu Yxapyry. Ele cantava e encantava”. Uma das paixões de Marcondes era tocar violão e cantar. Daniel lembra de uma das histórias que o pai contava: “Ele falava as histórias de quando era pequeno, que era obediente, aprendeu a tocar violão e depois cresceu. Cortava lenha para se virar. Seguiu assim porque ele fazia de tudo pra tratar a gente (esposa e demais filhos)”. Marcondes, segue Daniel, “nunca deixou a gente ir pra escola dos branco (sic)”. Um outro traço de Marcondes é que ele acreditava de forma intransigente no projeto de escola indígena, no currículo diferenciado e nas práticas pedagógicas como parte do ensino da cultura para crianças e adolescentes. ♦

Foto: Renato Santana/Cimi



Na escola Indígena Laklaño, professores e alunos sentem a falta de Marcondes Namblá, mas seguem com o projeto defendido pelo indígena

Assine o  
**PORANTIM**  
  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!



# Indígenas e populações tradicionais devem ser ouvidos ainda na fase do planejamento de obras

Por **Isabel Harari**, do Instituto Socioambiental (ISA)

**P**ovos indígenas e comunidades tradicionais devem ser consultados ainda na fase de planejamento de empreendimentos que possam impactar seus territórios e modos de vida, segundo decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Pará. No acórdão, o tribunal determinou que o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada deve ser respeitado antes da licitação do projeto da Ferrovia Paraense, a Fepasa, que pode impactar indígenas e quilombolas.

O texto abre precedente para que a oitiva sobre qualquer decisão administrativa ou legislativa que possa afetar os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais, como a construção de obras e formulação de políticas públicas, seja feita na fase inicial dos projetos. O documento afirma, ainda, que o diálogo com os povos é necessário não só para definir medidas de compensação ou mitigação, mas “debater a própria viabilidade do projeto” e que “a ausência do procedimento de consulta pode motivar a suspensão do licenciamento ambiental”.

“[A consulta] deve ser realizada durante a fase de planejamento e, conseqüentemente, antes de qualquer medida relacionada à licitação, haja vista que os povos e comunidades tradicionais devem fazer parte de um processo de negociação apto a conduzir a uma decisão conjunta sobre a viabilidade do empreendimento”, diz o documento.

“É uma decisão muito importante na defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais do Pará e do Brasil todo. Para ser efetiva, a consulta deve ser prévia, ou seja, realizada ainda na fase de planejamento do empreendimento, o que não exclui a obrigação da consulta no caso de empreendimentos específicos em suas fases de licenciamento”, aponta Biviany Rojas, advogada do Instituto Socioambiental.



**Bep Oyo fala sobre o direito à consulta durante construção do Protocolo de Consulta dos Kayapó-Menkragnoti**

“[A consulta] deve ser realizada durante a fase de planejamento e, conseqüentemente, antes de qualquer medida relacionada à licitação”

## Ferrogrão: confusão conceitual na contratação de estudos ambientais

O acórdão reiterou que a realização de audiências públicas não substitui o processo de consulta - que deve seguir os moldes estabelecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No entanto, a empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL), responsável pelo edital de contratação de Estudos de Impacto Ambiental da EF-170, vai na contramão da

decisão do TCE. Em audiência pública realizada na última quarta-feira (22), quando questionada sobre o recurso que seria destinado para a realização da consulta, Juliana Pereira, gerente de meio ambiente, afirmou que existe verba para dez audiências públicas - sem fazer menção ao processo de consulta.

A consulta prévia busca garantir o diálogo intercultural, adotando procedimentos que permitam aos povos e comunidades tradicionais influenciar na tomada de decisão, garantindo o respeito aos seus modos de vida e territórios. Já audiência pública é um outro instrumento de participação social, que tem como objetivo informar sobre o procedimento licitatório e abrir espaço

para a manifestação dos interessados.

A decisão do TCE é firme: “cumpre esclarecer que este instrumento de participação da sociedade civil [audiência pública] não se confunde com a consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 de OIT”.

“Frisa-se a importância de evitar confusões conceituais no momento de fechamento do edital, com o objetivo de disponibilizar os recursos necessários e suficientes para a execução de todos os procedimentos de participação social previstos na legislação nacional”, alerta Rojas.

## Fepasa

A ferrovia de aproximadamente 1.300 quilômetros de extensão interliga o município de Santana do Araguaia e Barcarena - onde se encontra o porto de Vila do Conde. O traçado vai passar por 23 municípios paraenses e impactar cinco Terras Indígenas, além de Unidades de Conservação e territórios quilombolas. ♦

# Resolução garante direitos às pessoas indígenas no sistema prisional

Por **Luri Tôrres**, da Agência CNJ de Notícias

**O** Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou no dia 25 de junho Resolução que estabelece procedimentos do Poder Judiciário para o tratamento de pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade. O texto busca assegurar os direitos dessa população e garante, entre outros pontos, que se disponibilize serviço de intérprete a quem não fale a língua portuguesa e a possibilidade de realização de perícia antropológica para auxílio na elucidação dos fatos. A responsabilização de pessoas indígenas também deverá considerar mecanismos próprios das comunidades.

O CNJ irá elaborar manual para orientação sobre a implementação das medidas previstas na resolução, que entra em vigor em 90 dias. O texto foi elaborado com apoio técnico da equipe do programa Justiça Presente, parceria entre o CNJ, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para enfrentar a crise do sistema prisional com base em princípios constitucionais e garantia de direitos.

## Procedimentos

Os novos procedimentos deverão ser adotados em todos os processos de pessoas que se identifiquem como indígenas, com essa identificação (incluindo etnia e língua falada) em todos os atos processuais. Cópias dos autos de processo deverão ser encaminhadas à Fundação Nacional do Índio (Funai) em até 48 horas. A autoridade judicial

também deverá buscar garantir a presença de intérprete em todas as etapas do processo quando necessário mediante solicitação da defesa ou da Funai ou a pedido da pessoa.

O juízo também poderá determinar a realização de perícia antropológica, que deverá conter, entre outros pontos, as circunstâncias pessoais, culturais e sociais da pessoa acusada, assim como os usos, costumes e tradições da comunidade a que ela se vincula. Também deve ser considerado o entendimento da comunidade indígena em relação à conduta imputada, assim como os mecanismos de julgamento e punição adotados em seu âmbito. A responsabilização da pessoa indígena deverá considerar estes mecanismos próprios e poderá adotar ou homologar práticas de resolução de conflitos e responsabilização em conformidade com costumes e normas próprias, como prevê o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/73).

Ainda segundo a Resolução, a definição da pena e do regime de cumprimento deve considerar características culturais, sociais e econômicas, com penas compatíveis com costumes e tradições e alinhadas com o Estatuto do Índio. O tratamento penal às mulheres indígenas deverá considerar prisão domiciliar cumprida na comunidade

A definição da pena e do regime de cumprimento deve considerar características culturais, sociais e econômicas, com penas compatíveis com costumes e tradições e alinhadas com o Estatuto do Índio

e o acompanhamento das beneficiadas pela progressão de regime. O novo instrumento também estabelece que os tribunais, em parceria com Escolas de Magistratura, poderão promover cursos de qualificação e atualização de magistrados e servidores.

## Contexto

A edição de Resolução levou em consideração uma série de tratados internacionais assinados pelo Brasil, legislações nacionais e decisões judiciais, assim como próprio Estatuto do Índio. Assinada pelo Brasil, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) reconhece a estes o direito de conservarem e reforçarem suas próprias instituições e estabelece que os Estados devem adotar medidas eficazes para garantir a proteção de direitos, inclusive proporcionando serviços de interpretação e outros meios adequados.

Relatório da ONU sobre os povos indígenas no Brasil (2016) também recomendou aos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo que considerem, com urgência e em colaboração com os povos indígenas, a eliminação das barreiras que os impedem de realizarem seu direito à justiça.

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Gustavo Direito, a resolução vem suprir, de forma inédita, uma lacuna importante na resposta do Judiciário em escala nacional para a questão do indígena privado de liberdade. “A resolução estabelece um protocolo para o juiz agir no tratamento ao preso indígena, garantido a efetiva proteção a esses presos prevista na Constituição Federal e nos tratados internacionais”. ♦



# Terras indígenas para mineradoras

Após se reunir com mineradoras, ministro de Minas e Energia quer abrir 117 milhões de hectares de terras indígenas para exploração

Por **Maurício Angelo**, do Observatório da Mineração

Em 18 de fevereiro, mostrei de forma exclusiva no Observatório que Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, dedicou boa parte dos seus primeiros dias no comando do ministério para se reunir com mineradoras antes e depois do rompimento da barragem de Brumadinho. Também ajudou na missão o seu secretário-executivo adjunto, Bruno Eustáquio, especializado em privatizações.

Traduzindo o seu discurso oficial, afirmei que as declarações de Albuquerque sinalizavam diretamente que “o ministro indicou que pretende liberar os milhares de pedidos para exploração mineral registrados até o momento na ANM, muitos travados pela legislação atual que proíbe, por exemplo, exploração em terras indígenas, ou, no mínimo, olhar “com carinho” esse “gargalo”.

Não tardou para a análise se confirmar. Reunido em Toronto no último dia 04 de março com investidores e executivos de mineradoras em um dos principais eventos do setor, o PDAC, Albuquerque anunciou que o governo de Jair Bolsonaro quer permitir a atividade de mineração em terras indígenas e em zonas de fronteira, além de abrir para mineradoras privadas a atividade de pesquisa relacionada a minerais nucleares.

Segundo Albuquerque, a abertura seria feita após um processo de consulta às próprias populações indígenas – o que exige a Constituição – a organizações que tratam do tema, mas – e isso é fundamental – “principalmente o Congresso”. Segundo ele, a impossibilidade de mineradoras atuarem nessas áreas atualmente as transformam em “hubs de conflitos”.

A lógica do ministro, que se revela um lobista descarado de mineradoras, é trágica sob qualquer ângulo: a proibição de mineradoras explorarem terras indígenas, coitadas, abre espaço para conflitos socioambientais. E não o contrário. Pelo viés da barbárie, é preciso autorizar que mineradoras explorem áreas protegidas pela Constituição, liberando o extermínio dos cerca de 900 mil indígenas que vivem oficialmente no Brasil. Assim, certamente os “conflitos” acabariam.

Não surpreende que Bolsonaro, que tem passado de garimpeiro, cumpra promessas de campanha, já que sempre teve os povos indígenas como inimigos declarados e se elegeu abraçando o ultraliberalismo das elites sedentas em explorar o que resta.

Esta foi a primeira vez que o Brasil foi um dos patrocinadores do PDAC, com o objetivo de “assegurar maior visibilidade aos projetos e às empresas do país”. O lema da comitiva brasileira ao PDAC 2019 foi “World Class Exploration Opportunities”, representando um país com oportunidades de exploração em ‘classe mundial’, termo do setor para jazidas de grande porte e alto teor mineral. Um convite oficial, deliberado e patrocinado para a abertura de novas frentes de exploração em solo brasileiro por grandes multinacionais.

## Proposta do governo tem antigo PL de Jucá como aliado, Constituição é detalhe

Um antigo projeto de lei do ex-senador e ex-presidente da FUNAI nos anos 80 (acusado de facilitar o genocídio indígena em Roraima) Romero Jucá (MDB), pode ser um aliado do governo Bolsonaro.

O PL 1.610/1996, que ficou parado por 16 anos, teve um substitutivo de 2012 pelo relator Édio Lopes, deputado do mesmo MDB-RR de Jucá, historicamente ligado ao garimpo. O PL encontra-se em fase adiantada de tramitação e pode abrir caminho para a exploração mineral de 117 milhões de hectares de terras indígenas

	Produto	Un.	2008	2015	2022	2030
Bem Mineral	Minério de ferro	Mt	351	585	795	1.098
	Ouro	t	55	120	180	200
	Cobre (contido)	kt	216	500	700	1.000
	Agregados	Mt	496	727	1.063	1.524
	Rochas ornamentais	Mt	7,80	11,1	15,8	22,4
	Bauxita	Mt	26,8	42,3	56,7	79,3
Metalurgia	Alumina	Mt	7,82	13,5	18,2	25,7
	Alumínio	Mt	1,66	2,04	2,51	3,18
	Níquel	kt	25,8	33,6	80,0	132
	Aço bruto	Mt	33,7	56,0	77,9	116
	Ferro-ligas*	kt	984	1.613	2.177	3.079
Não-Metálicos	Cimento	Mt	52,0	76,0	111	159
	Cerâmica vermelha	bilhão peças	70	103	150	215
	Cerâmica de revestimento	Mm <sup>2</sup>	713	1.009	1.458	2.077

Projeção: Secretaria Executiva do PNM-2030. (\*) Inclui as ligas de FeNi.

mesmo quando as populações destes territórios se opuserem a mineração em suas terras.

Os artigos 176 e 231 da Constituição de 1988 autorizam a exploração desde que exista uma legislação específica, exatamente a motivação do PL de Jucá. Por exemplo: 92,6% da TI Baú e 54,9% do território ianomâmi são requisitado por mineradoras, de acordo com levantamento da Agência Pública. Mais de 4 mil processos minerários incidiram em 177 terras indígenas entre 1969 e 2016.

Atualmente, 541 projetos já têm sido planejados em terras indígenas, cujo desenvolvimento significaria a perda imediata de 600.000 hectares. Os dados são de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que analisaram os pedidos já registrados na Agência Nacional de Mineração (antigo DNPM).

As etapas que o governo precisa alcançar para que a exploração em terras indígenas seja de fato liberada não parecem entraves suficientes diante de um Congresso extremamente reacionário e com forte base de apoio bolsonarista, apesar das tentativas do presidente eleito em enfraquecer ao máximo seu próprio governo, como suas trapalhadas no Twitter demonstram.

Vale lembrar: o Plano Nacional de Mineração, publicado em 2011 e com metas para até 2030, já prevê a produção de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro e 200 toneladas de ouro em 2030.

Processo feito muitas vezes atropelando licenças ambientais e o direito de comunidades tradicionais em função de metas estratoféricas como as anunciadas acima, tudo isso afeta a posição brasileira nos acordos internacionais já assinados, em que o Brasil se comprometeu a preservar 17% do seu território com uma rede efetiva de áreas protegidas e em reduzir o risco de extinção de espécies ameaçadas até 2020.

Em seu discurso no PDAC, não por acaso, o ministro de MME também disse que o setor mineral pode ultrapassar a atual marca de 21% de participação nas exportações brasileiras.

Não surpreende que Bolsonaro, que tem passado de garimpeiro, cumpra promessas de campanha, já que sempre teve os povos indígenas como inimigos declarados

## Bento Albuquerque também se reuniu com senador do DEM favorável aos garimpeiros

Chama a atenção também duas reuniões do ministro de Minas e Energia com o senador Chico Rodrigues (DEM/RR), em 22 de janeiro e 12 de fevereiro. Rodrigues é ex-deputado federal por Roraima durante 5 mandatos, ex-governador tampão e conquistou a cadeira de Senador pela primeira vez. Três dias depois da segunda reunião, Rodrigues defendeu em plenário a regulamentação da atividade dos garimpeiros artesanais.

De acordo com a Agência Senado, o senador não despreza a preservação ambiental e delimitação de terras indígenas em Roraima, uma província mineral com reservas abundantes, sobretudo de nióbio (outra obsessão de Bolsonaro), mas quer uma “legislação equilibrada” para a reforçar a “matriz econômica” e gerar empregos, o que seria mais uma razão para a regulamentação da garimpagem artesanal.

“Eu diria que, coincidentemente, a maior parte dessas ocorrências está em áreas indígenas, áreas demarcadas. Sabemos da importância da manutenção da cultura, dos usos, dos costumes, das comunidades indígenas. Não queremos polemizar em relação à demarcação de áreas contínuas, agora eu acho que é necessária a exploração racional, obedecendo e respeitando o meio ambiente, mas não podemos deixar essas áreas riquíssimas”, disse Rodrigues.

Um levantamento inédito divulgado em dezembro por organizações da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela confirmou a existência de pelo menos 2312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais, como ouro, diamantes e coltan na região amazônica. Além disso, foram mapeados 30 rios afetados pela mineração ou rotas para a entrada de máquinas, insumos e a saída de minerais. O Brasil tem 321 pontos em 132 áreas de garimpo identificadas, principalmente na região do rio Tapajós.

“A incidência de mineração ilegal na Amazônia, especialmente em territórios indígenas e áreas naturais protegidas tem crescido exponencialmente nos últimos anos com o aumento do preço do ouro. No entanto, é uma das pressões menos pesquisada. Por isso, a RAISG decidiu incluí-la como uma das questões que necessitam de monitoramento contínuo, especialmente por seus impactos sociais e ambientais”, disse o secretário-executivo da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada (RAISG), Beto Ricardo. ♦

A lógica do ministro, que se revela um lobista descarado de mineradoras, é trágica sob qualquer ângulo: a proibição de mineradoras explorarem terras indígenas, coitadas, abre espaço para conflitos socioambientais



CONTINUAÇÃO DA EDIÇÃO ANTERIOR



Texto e desenho: Rafael Campos Rocha

